

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

A Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – câmpus de Santo de Ângelo reúne nessa edição de número 35 uma gama de temas relevantes e atuais da área do direito, isso porque no seu conjunto, os artigos visam privilegiar a cientificidade.

Nessa edição, publicamos 08 artigos produzidos por pesquisadores doutores, alguns artigos entre doutores e pesquisadores mestres e mestrandos, contando com 07 artigos nacionais e um estrangeiro pelo sistema *Double Blind Peer Review*, primando pela qualidade das publicações.

O primeiro artigo, intitulado de *O abandono afetivo deve ser indenizado? Reflexões jurídicas, psicológicas e sociais*, de autoria de Lorena Fonseca e Alexandre de Pádua Carrieri, questiona se o abandono afetivo decorrente do descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar poderia ensejar indenização por dano moral. Na sequência, o artigo intitulado *Construindo juízes independentes: a autonomia do Poder Judiciário na formação do pensamento constitucional norte-americano* de Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho aborda a descrição de fenômenos históricos relevantes para a formação do pensamento constitucional norte-americano relacionados à construção da noção de independência judicial.

O terceiro, a seu turno, tem como título *Mediação de conflitos coletivos: adequando o acesso à justiça dos conflitos pós-modernos*, de autoria de Guilherme Maciulevicius Mungo Brasil e Lídia Maria Ribas, e apresenta a mediação como a criação um espaço democrático e inclusivo em que os envolvidos podem resolver suas disputas construtivamente, fortalecendo suas relações sociais. Nesse ponto, alerta-se que a questão coletiva deve ser tratada a partir de uma perspectiva intercultural, reconhecendo, cruzando e validando as diferentes concepções de dignidade humana dos grupos envolvidos no problema. Após, o artigo *A relação paciente-médico: por uma nomenclatura bioética* de Alessandro Timbó Nilo e Mônica Neves Aguiar da Silva defende a importância do vínculo, comumente conhecido como “relação médico-paciente”, em função de importantes conquistas teóricas e práticas alcançadas, sobretudo, pelo reflexo da dignidade da pessoa humana em terrenos bioéticos.

Na sequência, o artigo cujo título é *Aparelhamento da Corte? Uma análise atitudinal da relação entre indicação partidária e comportamento decisório do Supremo Tribunal Federal (STF)* de Flávia Danielle Santiago Lima e José Mario Wanderley Gomes Neto pesquisa sobre o papel dos poderes

majoritários na seleção dos ministros e sugere que, caracterizada a afinidade entre autoridade nomeante e indicado, haveria uma influência na futura atividade julgadora, na viabilização de um alinhamento do STF às preferências do Presidente da República. O sexto trabalho tem como título a *Aplicação dos negócios jurídicos processuais à justiça do trabalho* de Vanessa Rocha Ferreira e Agatha Gonçalves Santana e investiga sobre o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) e a previsão expressa da possibilidade de realização do que convencionou-se chamar de “negócio jurídico processual”. A previsão, no todo, não é inédita, mas possui grande impacto no ordenamento jurídico brasileiro, discutindo-se inclusive sobre a própria natureza do processo, que durante décadas convencionou-se que seria uma relação jurídica.

O penúltimo artigo com título *100 Jahre Weimarer Reichsverfassung: Überlegungen zur Struktur Und Wirkungen Ihres Grundrechtskatalogs* de Arthur Ferrari de Almeida analisa que cem anos após sua promulgação há ainda uma visão negativa dominante sobre a Constituição de Weimar e seu catálogo de direitos fundamentais. Por sua vez, conclui-se essa edição com o artigo sobre a *Massificação dos agrotóxicos no Brasil e os limites jurídicos para a sua responsabilização internacional ocasionados ao direito à saúde de crianças* de Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab e Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega, o qual pesquisa sobre o Brasil que consome 20% de todo o agrotóxico produzido no mundo.

Com esses artigos que compõem o número 35 da Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas, o corpo editorial almeja divulgar o conhecimento científico, na esperança de sermos todos instrumentos de construção e propulsores do conhecimento.

Ótima leitura.

Prof^a Dr^a. Charlise Gimenez

Prof^a Dr^a. Janete Rosa Martins

Editoras